



SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO
STCP, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS
1º SEMESTRE 2017

STCP Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

Av. Fernão de Magalhães 1862, 13º | 4350 – 158 Porto

Telefone: +351 225 071 000

Fax: +351 225 071 150

E-mail: geral@stcp.pt

Internet: www.stcp.pt

Capital Social: EUR 156.780.665,00

NIPC e Matrícula: 500 246 467

Conservatória do Registo Comercial do Porto – 2ª secção

Índice

1	Principais Indicadores.....	4
2	Relatório de Gestão.....	5
2.1	<i>DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE.....</i>	5
2.2	<i>A STCP, S.A. E SUAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS.....</i>	8
2.3	<i>ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS</i>	11
2.3.1	<i>Resultados Operacionais</i>	11
2.3.2	<i>Resultados Financeiros e Resultados Líquidos</i>	12
2.3.3	<i>Evolução Patrimonial.....</i>	13
2.4	<i>IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS.....</i>	14
2.5	<i>PERSPETIVAS PARA O EXERCÍCIO</i>	14
2.6	<i>MODELO DE GOVERNO.....</i>	15
2.6.1	<i>Identificação dos Órgãos Sociais</i>	15
2.6.2	<i>Estatuto remuneratório.....</i>	15
2.6.3	<i>Atribuições de cada membro do Conselho de Administração</i>	18
3	Demonstrações Financeiras Consolidadas	19
4	Declaração de Conformidade.....	41

1 Principais Indicadores

Evolução dos Principais Indicadores STCP, S.A.		unid.	1S2017	1S2016	1S2015	17-16	17/16
Atividade							
Passageiros		10 ³	36.612	34.425	35.372	2.187	6,4%
Percurso médio passageiro		km	3,648	3,653	3,651	-0,005	-0,1%
Passageiros km		10 ³	133.561	125.770	129.144	7.791	6,2%
Veículos km		10 ³	11.250	10.756	10.513	494	4,6%
Lotação Média		nº	91,2	91,5	91,2	-0,3	-0,3%
Lugares km		10 ³	1.026.568	984.062	959.311	42.506	4,3%
Taxa de Ocupação		%	13,0%	12,8%	13,5%	0,2 p.p.	1,6%
Recursos Humanos a 30 de junho							
Efetivo total [1]		nº	1.220	1.199	1.140	21	1,8%
Pessoal tripulante[2]		nº	899	887	810	12	1,4%
Pessoal tripulante		%	73,7%	74,0%	71,1%	-0,3 p.p.	-0,4%
Frota de Serviço Público a 30 de junho							
Autocarros		nº	417	419	418	-2	-0,5%
Carros elétricos		nº	6	6	6	-	-
Estrutura Acionista							
Total do Capital Social		M€	156,8	85,5	85,5	71,28	83,4%
Capital Social detido pelo Estado		%	100	100	100	-	-
Situação Patrimonial a 30 de junho			30-06-2017	31-12-2016	31-12-2015	17-16	17/16
Ativo		M€	91,3	81,7	90,1	9,6	11,7%
Capital Próprio		M€	-453,2	-466,4	-503,8	13,3	-2,8%
Passivo		M€	544,4	548,1	594,0	-3,7	-0,7%
Participações Sociais detidas							
STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.		%	100%	100%	100%	-	-
TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.		%	33,33%	33,33%	33,33%	-	-
Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.		%	20%	20%	20%	-	-
Metro do Porto S.A.		%	16,6%	16,6%	16,6%	-	-
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.		%	8,3%	8,3%	8,3%	-	-
Desempenho Operacional							
Receita [3]		10 ³ €	22.447	20.880	21.355	1.567	7,5%
Gastos Operacionais [4]		10 ³ €	24.586	24.982	24.272	-396	-1,6%
Taxa de Cobertura		%	91,7%	83,9%	86,1%	7,8 p.p.	9,3%
Receita / Passageiro		cênt.€	61,3	60,7	60,4	0,7	1,1%
Gasto Operacional / Passageiro		cênt.€	66,9	72,3	70,1	-5,4	-7,5%
Receita / Veículo km		cênt.€	199,5	194,1	203,1	5,4	2,8%
Gasto Operacional / Veículo km		cênt.€	217,6	231,4	236,0	-13,8	-6,0%
Indicadores Financeiros							
Resultados Operacionais		10 ³ €	586	-5.220	-4.947	5.805	-111,2%
Resultados Financeiros		10 ³ €	-823	-14.966	-3.028	14.143	-94,5%
Resultados Líquidos		10 ³ €	-244	-20.193	-7.983	19.949	-98,8%
EBITDA [5]		10 ³ €	-1.068	-2.154	-1.902	1.085	-50,4%

[1] Sem Órgãos Sociais e trabalhadores requisitados. Inclui cedidos.

[2] Motoristas e Guarda-Freios.

[3] Receita da venda de títulos de transporte. Inclui compensação de tarifário social andante. Valores líquidos de IVA.

[4] Sem depreciações, provisões, reversões, imparidades, variação de justo valor, componente financeira do *leasing* operacional e indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

[5] Sem amortizações, imparidades, variação de justo valor e reversões, componente financeira das rendas *leasing*, indemnizações (ICCT), gastos extraordinários com pessoal e memorando de entendimento com a CMP

2 Relatório de Gestão

2.1 Destaques do primeiro semestre

Janeiro

- Tarifário atualizado a partir de 1 de janeiro, conforme Despacho Normativo 14 - A/2016 que permitia um aumento médio do tarifário em 1,5%.
- Decorreu no dia 2 de janeiro, no Palácio da Bolsa, a Cerimónia de Assinatura do Contrato de Gestão da STCP. A cerimónia contou com a presença do Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, e do Ministro do Ambiente, Eng. João Pedro Matos Fernandes. Com a assinatura deste contrato, que entretanto seguiu para o Tribunal de Contas, o Estado transfere a gestão da STCP para as Câmaras Municipais de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, por um período máximo de sete anos.

No âmbito do processo, a AMP, atual autoridade de transportes da área metropolitana, passa a ter, por delegação de competências, a responsabilidade no planeamento dos transportes, e os seis municípios que compõem a Unidade Técnica de Suporte, presidida pelo Município do Porto, assumirão a gestão da empresa

- O Cartão Andante a partir de 16 de janeiro com nova imagem. O novo visual resulta do trabalho da *designer* Marion Mazer, inspirado nos azulejos da cidade, tratando-se da primeira renovação do cartão de transporte do sistema intermodal do Porto, em 14 anos. Associada a esta renovação foi efetuado um *upgrade* da solução implementada, imprescindível para garantir e melhorar a segurança do sistema. Os novos cartões Andante serão mais seguros e, com um acréscimo de capacidade de armazenamento, poderão também vir a alojar novos serviços.



Fevereiro

- No dia 20 de fevereiro foi realizada uma cerimónia na Estação da Trindade, presidida pelo Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, Prof. José Mendes, que contou com a presença, entre outros, do Presidente da Câmara do Porto, Dr. Rui Moreira, e do Presidente do Conselho

de Administração da Salvador Caetano, Eng. José Ramos, onde foi apresentada a utilização por período experimental do autocarro urbano denominado eBUS.

Desenvolvido em Portugal pela Caetano BUS, em parceria com a Siemens e instituições da Universidade do Porto, o eBUS é um autocarro 100 % elétrico, com autonomia para 80 quilómetros, equipado com baterias Siemens de última geração. O eBUS destaca-se pelas zero

emissões de CO₂, ausência de ruído e redução significativa de custos de energia e manutenção.

O eBUS esteve em experiência cerca de um mês e meio em duas linhas da STCP, a 302 e a



904, que servem os centros históricos do Porto e Gaia.

Abril

A STCP lançou a 21 de abril o concurso público internacional para aquisição e manutenção de 173 novos autocarros a gás natural que assegurarão a renovação da frota. A cerimónia contou com a presença do Ministro do Ambiente, Eng. João Pedro Matos Fernandes, bem como dos Presidentes das Câmaras Municipais da Área Metropolitana do Porto cujas autarquias deverão assumir futuramente a gestão da empresa.

A 28 de abril a STCP lançou o concurso público internacional para aquisição e manutenção de 15 novos autocarros elétricos e respetivos equipamentos de carregamento, que assegurarão a renovação da frota e a adoção de uma tecnologia inovadora e ambientalmente amigável.

Os concursos, que correspondem a um investimento global de 46,7 milhões de euros, serão cofinanciados pelo POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, para aquisição de autocarros de elevada performance ambiental.

Maio e junho

- Em 2 de maio foi celebrado o acordo entre as Empresas de Transporte, onde se inclui a STCP, o Banco Santander Totta (BST) e a República Portuguesa, para terminar os processos judiciais intentados pelo BST junto do **Commercial Court** de Londres, em maio de 2013, relativos aos contratos **swap**, no quadro do qual ficou estabelecido que as Empresas de Transporte cumprirão os contratos **swap**.

Na sequência do acordo foi reiniciado o pagamento dos juros dos contratos *swap*, em junho, no montante de 6.947.865,80 euros. O montante contabilizado pela STCP, e não pago até à data, relativo ao período compreendido entre dezembro de 2013 e dezembro de 2016, no montante de 29.666.505,73 euros, será, no âmbito do acordo celebrado, liquidado em janeiro de 2018.

- O carro elétrico número 287, modelo "belga", datado de 1929, foi totalmente recuperado e iniciou o seu serviço comercial durante o Desfile de Carros Elétricos 2017, realizado no dia 6 de maio. O momento foi assinalado num evento simbólico de apresentação do novo veículo, que contou com a presença do músico, e agora padrinho do "Carro Belga", Miguel Araújo. A partir de então, o elétrico 287 passou a integrar a oferta da STCP na linha 1.



- Em 2017 celebram-se os 25 anos do recentemente renovado Museu do Carro Eléctrico. Desde 1992, são preservados e expostos, neste espaço, vários carros elétricos, atrelados e veículos de mercadorias com inegável valor patrimonial e identidade cultural. Em 2015 reabriu com um novo núcleo expositivo alargado à Sala das Máquinas de produção da energia que movia os elétricos, produzida na Central Termoelétrica de Massarelos, edifício classificado que alberga o Museu.
- Ao longo dos meses de maio e junho foram desenvolvidas pela STCP as habituais parcerias com as várias instituições e eventos da Área Metropolitana do Porto, contribuindo assim para a melhor mobilidade e oferta em transporte público. Eventos a destacar: Especial Queima das Fitas; Serviço ao 50h de Serralves em Festa; Reforço STCP para o NOS Primavera Sound e Serviço Especial de São João.

2.2 A STCP, S.A. e suas participações sociais

STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo objeto principal é a exploração do transporte público rodoviário coletivo de passageiros na Área Metropolitana do Porto (AMP) e acessoriamente a exploração de atividades complementares ou subsidiárias daquele objeto, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 202/94, de 23 de julho.

O Estado Português é o acionista único da STCP, sendo a função acionista exercida pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pelo setor de atividade.

Na STCP, o modelo de governo, monista latino, é composto por um Conselho de Administração e dois órgãos de fiscalização, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - SROC.

O decreto-lei nº 82/2016, de 29 de novembro de 2016, veio determinar a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Dando cumprimento ao estipulado no referido decreto-lei, em 2 de janeiro de 2017, foram assinados os seguintes contratos:

- entre o Estado, a Área Metropolitana do Porto (AMP) e os seis municípios servidos pela rede da STCP, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, para a delegação, na AMP, de competências de autoridade do Estado relativas ao serviço público de passageiros, explorado pela STCP;
- contrato interadministrativo de constituição da Unidade Técnica de Serviço e de delegação de competências entre a AMP e os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, estabelecendo os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao serviço público de passageiros explorado pela STCP, na área geográfica dos municípios outorgantes, e
- contrato de gestão operacional da STCP celebrado entre o Estado e a AMP, nos termos previstos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro.

Os contratos foram submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, aguardando-se pela sua decisão.

A STCP, como principal operador de serviço público da AMP, de uma forma socialmente responsável, colabora ativamente para o desenvolvimento sustentável da região e das populações que serve.

Em 30 de junho, a STCP tinha uma rede constituída por 72 linhas, 69 em modo autocarro, sendo 11 destas da rede da madrugada, e 3 em modo carro elétrico. A rede de autocarros tinha uma extensão de 468 quilómetros e a de carros elétricos, 9 quilómetros. A frota de serviço público operacional era de 417 autocarros e 6 carros elétricos. O efetivo era constituído por 1.220 trabalhadores, sendo 74% motoristas e guarda-freios, para um efetivo médio de 1.223 trabalhadores, no final do primeiro semestre.

Durante o primeiro semestre do ano de 2017 a STCP transportou 36,6 milhões de passageiros, registando um aumento de 6,4% (2,2 milhões) relativamente ao primeiro semestre de 2016, dando continuidade à tendência de crescimento que vem sendo registada desde o segundo semestre de 2016. A receita de títulos de transporte do primeiro semestre foi de 22,4 milhões de euros, apresentando um aumento de 7,3% (1,5 milhões de euros) face ao período homólogo do ano anterior, devido ao acréscimo da procura e ao aumento médio tarifário de 1,5%, verificado em janeiro de 2017.

A STCP, S.A. tem participações sociais nas empresas: STCP Serviços, TIP, Transpublicidade, Metro do Porto e OPT.

A atividade de cada uma das empresas participadas é apresentada resumidamente no quadro seguinte:

<i>Designação Social</i>	<i>Capital Social</i> (10 ^{^3} €)	<i>Participação detida pela STCP, S.A.</i>		<i>Atividade</i>
		<i>valor</i> (10 ^{^3} €)	<i>%</i>	
<i>Subsidiárias</i>				
<i>STCP Serviços - Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.</i>	100	100	100%	Atividades de operador turístico e transportes terrestres, urbanos e suburbanos de passageiros
<i>Associadas</i>				
<i>TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.</i>	30	10	33,3%	Gestão de bilhética de transportes
<i>Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.</i>	200	40	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações
<i>Outras participadas</i>				
<i>Metro do Porto S.A.</i>	7.500	1.245	16,60%	Transporte urbano e local por metropolitano
<i>OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.</i>	300	25	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes coletivos, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP, S.A.) detém 100% da participação da STCP Serviços, sendo assim a única entidade que participa na gestão desta empresa.

A atividade do grupo STCP está consubstanciada na STCP, S.A., uma vez que a STCP Serviços cessou a atividade operacional no primeiro trimestre de 2012.

STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. (STCP, Serviços)

Esta empresa é detida a 100% pela STCP, S.A.. Em 2008 alterou o seu objeto social para poder operar, gerir e explorar o transporte público em autocarro ou carro elétrico, organizar e vender viagens e outros produtos turísticos.

Foi decidido, na reunião do Conselho de Administração de 22 de dezembro de 2011, ata 55/2011 ponto 6.2.2, a cessação da atividade operacional com efeito a 29 de fevereiro de 2012.

2.3 Análise dos Resultados Consolidados

2.3.1 Resultados Operacionais

Resultados operacionais consolidados (10 ³ €)	1S2017	1S2016	1S2015	17-16	17/16
Rédito das vendas e dos serviços prestados	22.506	20.960	21.427	1.546	7,4%
Outros rendimentos e ganhos operacionais [1]	977	672	938	305	45,3%
Rendimentos operacionais	23.483	21.632	22.365	1.851	8,6%
Inventários, materiais e serviços consumidos	9.853	8.956	10.300	897	10,0%
Gastos com o pessoal	14.142	15.714	14.632	-1.572	-10,0%
Gastos depreciação e de amortização, prov. e imparidades	-1.654	1.931	2.066	-3.585	-185,7%
Outros gastos e perdas operacionais [2]	556	250	314	306	122,3%
Gastos operacionais	22.897	26.852	27.312	-3.954	-14,7%
Resultados operacionais	586	-5.220	-4.947	5.805	111,2%
Subsídios à exploração	0	0	0	0	n.a.
Resultados operacionais sem subsídios exploração	586	-5.220	-4.947	5.805	111,2%
Taxa cobertura operacional	102,6%	80,6%	81,9%	0,2 p.p.	27,3%
Taxa cobertura operacional sem subsídios exploração	102,6%	80,6%	81,9%	0,2 p.p.	27,3%

[1] inclui subsídios à exploração; a rubrica trabalhos para a própria entidade capitalizados; e ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

[2] inclui prejuízos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os resultados operacionais consolidados do semestre foram positivos em 586 mil euros, apresentando uma melhoria de 5,8 milhões de euros (111,2%) face ao primeiro semestre de 2016, em consequência, essencialmente, do aumento dos rendimentos operacionais e fruto de uma redução dos gastos operacionais, com destaque para a reversões de provisões.

Os rendimentos operacionais foram de 23,5 milhões de euros, registando um aumento de 1,9 milhões de euros (8,6%) relativamente ao primeiro semestre de 2016. Há semelhança do ocorrido no ano de 2016, não houve atribuição de indemnizações compensatórias em 2017,.

Os gastos operacionais foram de 22,9 milhões de euros, tendo registado uma redução de cerca de 4 milhões de euros (14,7%) face ao período homólogo de 2016. A diminuição nos gastos operacionais resulta essencialmente da redução dos gastos com pessoal, em cerca de 1,6 milhões de euros (10%) e uma diminuição nos gastos de depreciações e de amortizações, provisões e imparidades, no valor de 3,6 milhões de euros (185,7%). Em sentido inverso, os gastos com inventários, materiais e serviços consumidos aumentaram em 897 mil euros (10%), assim como os outros gastos e perdas operacionais, em 306 mil euros (122,3%).

2.3.2 Resultados Financeiros e Resultados Líquidos

Resultados financeiros e Resultados líquidos consolidados (10 ^{^3} €)	1S2017	1S2016	1S2015	17-16	17/16
Resultados operacionais	586	-5.220	-4.947	5.805	111%
Rendimentos financeiros [1]	8.492	149	4.061	8.344	5609%
Gastos financeiros [2]	9.315	15.115	7.090	-5.800	-38%
Resultados financeiros	-823	-14.966	-3.028	14.143	95%
Imposto sobre o rendimento	7	7	8	0	-1,6%
Resultados líquidos	-243,9	-20.193	-7.983	19.949	99%
Ajustamentos positivos/negativos de instrum. financeiros <i>SWAP</i>	8.324	-6.697	3.928	15.021	224%
Resultados financeiros sem ajustamentos de inst.fin. <i>SWAP</i>	-9.147	-8.269	-6.956	-878	-11%
Resultados financeiros sem ajustamentos de inst.fin. e juros <i>SWAP</i>	-2.135	-2.691	-2.740	556	21%
Resultados líquidos sem ajustamentos de inst.fin. <i>SWAP</i>	-8.568	-13.495	-11.911	4.927	37%

[1] inclui ajustamentos positivos nos instrumentos financeiros (*SWAP*)

[2] inclui ajustamentos negativos nos instrumentos financeiros (*SWAP*) e juros de instrumentos financeiros (*SWAP*)

Os resultados financeiros do primeiro semestre de 2017 foram negativos, em cerca de 823 mil euros, registando uma melhoria de 14,1 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2016. Este resultado deveu-se ao ajustamento positivo nos instrumentos financeiros (*SWAP*) de 8,3 milhões de euros, registado no primeiro semestre do ano, quando o período homólogo de 2016 registou um ajustamento negativo nos instrumentos financeiros (*SWAP*) de 6,7 milhões de euros.

Sem os ajustamentos nos instrumentos financeiros (*SWAP*), os resultados financeiros atingiram cerca de 9,1 milhões de euros negativos, apresentando um agravamento de 878 mil euros, face ao período homólogo do ano anterior.

Sem os ajustamentos nos instrumentos financeiros (*SWAP*) e sem juros de instrumentos financeiros (*SWAP*), os resultados financeiros atingiram cerca de 2,1 milhões de euros negativos, apresentando um desagravamento de 556 mil euros, face ao período homólogo do ano anterior.

Os resultados líquidos do primeiro semestre foram negativos, em cerca de 244 mil euros, registando um desagravamento de 19,9 milhões de euros face ao primeiro semestre de 2016.

Sem ajustamentos nos instrumentos financeiros (*SWAP*) os resultados líquidos apresentaram um desagravamento de 4,9 milhões face a igual período de 2016.

2.3.3 *Evolução Patrimonial*

Demonstração da posição financeira consolidada (10 ³ €)	30-06-2017	31-12-2016	31-12-2015	17-16	17/16
Ativo não corrente	68.288	69.719	70.996	-1.431	-2,1%
Ativo corrente	22.964	11.947	19.131	11.017	92%
Total do ativo	91.252	81.666	90.127	9.586	12%
Capital próprio	-453.163	-466.425	-503.830	13.262	2,8%
Passivo não corrente	409.874	441.753	507.910	-31.879	-7,2%
Passivo corrente	134.541	106.337	86.048	28.204	27%
Total do passivo	544.415	548.090	593.957	-3.676	-0,7%
Total do capital próprio e do passivo	91.252	81.666	90.127	9.586	12%

O ativo atingiu o montante de aproximadamente 91,3 milhões de euros, registando um aumento de 9,6 milhões de euros (12%) face a 31 de dezembro de 2016. O passivo atingiu o montante de 544,4 milhões de euros, registando uma diminuição de 3,7 milhões de euros (-0,7%) face a 31 de dezembro de 2016.

O capital próprio no final do primeiro semestre de 2017 atingiu 453,2 milhões de euros negativos, registando um aumento de aproximadamente 13,3 milhões de euros (2,8%) relativamente ao final do ano de 2016.

Em 2 de junho de 2017, por Deliberação Social Unânime por Escrito do acionista único Estado Português, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 13.491.175 euros, através da emissão de 2.698.235 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e integralmente realizado em numerário em 5 de junho, tendo as formalidades legais para a sua concretização terminado em julho de 2017.

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, incluindo à Segurança Social.

2.4 Identificação dos principais riscos

A STCP não possui um sistema global de gestão de riscos, encontrando-se a gestão de riscos implementada na empresa de uma forma transversal, consoante a tipologia de risco, através da sua política de gestão integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho e cabendo a todos os colaboradores a responsabilidade de reduzir os fatores de risco, minimizando o seu impacto e identificando, sempre que possível, oportunidades de melhoria.

A empresa dispõe assim de Planos de Prevenção de Risco específicos, bem como a respetiva contratação de apólices com várias seguradoras, para cobertura de vários riscos operacionais.

Principais riscos estratégicos identificados:

- Aumento do regime concorrencial nas linhas de transporte
- Ineficácia do regime de fiscalização relativamente à exclusividade de exploração do transporte público prestado pela STCP, na cidade do Porto
- Permanência do desequilíbrio económico-financeiro

A gestão de riscos tem como objetivo garantir o crescimento sustentado do negócio e salvaguardar o valor da STCP através da adoção das melhores práticas.

2.5 Perspetivas para o exercício

No âmbito da aprovação da candidatura da STCP ao programa POSEUR foi assinado, em 21 de julho, um acordo com o Estado Português para o cofinanciamento da aquisição da nova frota de autocarros, e respetivas infraestruturas, a adquirir pela STCP.

Até ao final do exercício, estima-se a adjudicação dos concursos públicos lançados no primeiro semestre do ano, relativos à aquisição de 173 autocarros a movidos a gás natural, de 15 autocarros movidos a eletricidade e respetivas infraestruturas de carregamento e ao posto de abastecimento de gás natural para a Estação de Recolha da Via Norte, atualmente apenas com frota a gasóleo.

Do ponto de vista operacional, foram já submetidos pedidos de autorização às Tutelas, para contratação de novos motoristas / guarda-freios afetos ao serviço público de transporte de passageiros (para garantir a substituição das saídas verificadas), bem como técnicos de manutenção (para garantir a substituição das saídas verificadas e um reforço do efetivo), a fim de colmatar a saída de um número considerável de pessoal da empresa por diversos motivos, nomeadamente, de reforma por limite de idade, por invalidez, por reformas antecipadas. Com a contratação de pessoal, a STCP reunirá as condições necessárias para reconquistar a confiança dos seus clientes assegurando as garantias de qualidade no serviço às populações.

Estima-se ainda que durante o segundo semestre do ano estejam reunidas as condições para a operacionalização do novo modelo de gestão da STCP, conforme contratos celebrados em 2 de janeiro de 2017.

2.6 Modelo de Governo

2.6.1 Identificação dos Órgãos Sociais

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Mesa da Assembleia Geral			
Presidente	José António Ferreira de Barros	25-01-2016	2016-2018
Vice-Presidente	Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	25-01-2016	2016-2018
Secretário	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	25-01-2016	2016-2018
Conselho de Administração			
Presidente Não Executivo	Jorge Moreno Delgado	25-01-2016	2016-2018
Vogal Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	25-01-2016	2016-2018
Vogal Executivo	Pedro José Ferreira Morais	25-01-2016	2016-2018
Vogal Não Executivo	Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto	24-02-2016	2016-2018
Conselho Fiscal			
Presidente	Pedro Romano Martinez	25-01-2016	2016-2018
Vogal Efetivo	Ana Alexandra Filipe Freitas	25-01-2016	2016-2018
Vogal Efetivo	Paulo Jorge Rodrigues Mateus	25-01-2016	2016-2018
Vogal Suplente	Dino Jorge Ramos Santos	25-01-2016	2016-2018
Revisor Oficial de Contas			
	Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	30-05-2016	2016-2018
	Representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos, ROC nº 757		

Os Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, foram designados através das Deliberações Sociais Unâнимes Por Escrito de 25 de janeiro, e de 24 de fevereiro de 2016, tomadas ao abrigo da primeira parte do nº 1 do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais.

Na Assembleia-Geral da STCP, de 30 de maio de 2016, foi votada favoravelmente a aprovação da proposta do Conselho Fiscal, para o mandato correspondente ao triénio 2016 – 2018, de nomeação para Revisor Oficial de Contas da Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. representada pelo sócio Fernando Manuel de Sousa Pires de Matos.

2.6.2 Estatuto remuneratório

Para efeitos de fixação das remunerações dos órgãos sociais, a empresa STCP, S.A. foi classificada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, com classificação C.

1. Mesa da Assembleia Geral

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros da Mesa da Assembleia Geral, os seguintes valores para as senhas de presença:

Presidente: valor ilíquido de 500,00 €

Vice-Presidente: valor ilíquido de 425,00 €

Secretário: valor ilíquido de 350,00 €

Foi determinado que aos valores ilíquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

2. Conselho de Administração

As Deliberações Sociais Unânicas Por Escrito, de 25 de janeiro e de 24 de fevereiro de 2016, fixaram as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, em:

Presidente não Executivo: valor ilíquido de 1.144,55 €, pago 14 vezes por ano.

O Presidente não Executivo não auferirá qualquer remuneração em virtude de ser remunerado na sociedade Metro do Porto, S.A., enquanto Presidente Executivo.

Vogal Executivo: valor ilíquido de 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, a que acresce um abono mensal de despesas de representação no valor de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Vogal não Executivo: valor ilíquido de 915,64 €, pago 14 vezes por ano.

De acordo com o previsto no nº 3 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2017, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, e tomando por base o deliberado no ponto 8 da ata da Assembleia Geral nº 56, de 18 de junho de 2013, o valor máximo global mensal para despesas com comunicações onde se inclui o telefone móvel, o domiciliário e a internet, dos elementos do Conselho de Administração, não pode exceder 80,00 €.

Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2017, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Não é permitida:

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público; e
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no nº 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público.

Foi determinado que aos valores líquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

3. Conselho Fiscal

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 25 de janeiro de 2016, fixou para os membros do Conselho Fiscal, o seguinte estatuto remuneratório:

Presidente: valor líquido de 1.281,90 €, pago 14 vezes por ano.

Vogais: valor líquido de 961,42 €, pago 14 vezes por ano.

Foi determinado que aos valores líquidos fixados, sejam aplicadas as reduções e reversões remuneratórias legalmente aplicáveis. São aplicáveis ainda a todas estas remunerações outras disposições que vierem a ser legalmente determinadas.

4. Revisor Oficial de Contas (ROC)

A Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016, deliberou:

1. A remuneração anual líquida do ROC será a constante de contrato de prestação de serviços a celebrar entre a STCP e o ROC, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a doze meses da remuneração global líquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa classificada como C.
2. Por aplicação ao artigo 101º do Decreto-Lei nº 18/2016, de 13 de abril, que promulgou os efeitos do Programa de Assistência Económica e Financeira, da aplicação dos valores constantes do ponto imediatamente anterior não pode resultar num aumento dos valores das remunerações auferidas pelo ROC, tendo por referência os montantes atribuídos à data da entrada em vigor das Resoluções de Conselhos de Ministros nºs 16/2012 e 18/2012.
3. Ao valor mensal determinado aplicam-se as reduções remuneratórias legalmente vigentes e eventuais outras disposições que venham a ser aprovadas.
4. Ao valor da prestação de serviços, pago doze meses por ano, acresce o IVA, à taxa legal em vigor.
5. Deverão ser reembolsadas pela entidade, ao ROC, as despesas de transporte e alojamento, bem como quaisquer outras realizadas no exercício das suas funções.

O Conselho de Administração aprovou na sua reunião de 5 de dezembro de 2016, ata nº 40/16, o valor mensal a pagar, em doze meses por ano, à Sociedade Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A. para a elaboração da certificação legal das contas individuais, de € 1.442,13 (mil quatrocentos e quarenta e dois euros e treze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

O valor aprovado está sujeito ao consagrado na Deliberação Social Unânime Por Escrito, de 30 de novembro de 2016.

2.6.3 Atribuições de cada membro do Conselho de Administração

Presidente Não Executivo – Prof. Jorge Moreno Delgado

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

Exerce funções em acumulação com o cargo de Presidente Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A..

Vogal Executivo – Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Departamento de Marketing, Departamento de Operações, Unidade de Manutenção da Frota, Unidade do Carro Elétrico e Museu do Carro Elétrico.

Representante do Conselho de Administração para o Sistema Integrado de Gestão e Qualidade.

Representa a STCP no Conselho de Administração nas empresas participadas OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A. e TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A..

Vogal Executivo – Dr. Pedro José Ferreira Morais

Exerce funções executivas, sendo responsável pela coordenação direta do Serviço de Secretariado Geral e Apoio ao Conselho de Administração, Gabinete de Controlo de Gestão e Auditoria, Departamento de Recursos Humanos, Departamento Administrativo e Financeiro e Gabinete de Informática e Comunicações.

Representante do Conselho de Administração para as relações com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Representa a STCP no Conselho de Administração na empresa participada Transportes Intermodais do Porto, ACE (TIP-ACE) e é o gerente da STCP SERVIÇOS – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda..

Vogal Não Executivo – Dr.ª Helena Sofia da Silva Borges Salgado Fonseca Cerveira Pinto

Exerce funções não executivas. Acompanha e avalia continuamente a gestão da empresa por parte dos demais gestores, com vista a assegurar a prossecução dos objetivos estratégicos da empresa, a eficiência das suas atividades e a conciliação dos interesses dos acionistas com o interesse geral.

Porto, 07 de agosto de 2017

O Conselho de Administração

3 Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Informação financeira não sujeita a auditoria ou revisão limitada)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	30 junho 2017	31 dezembro 2016
<i>Ativo não corrente</i>		<i>68.288.462,48</i>	<i>69.719.067,70</i>
Ativos fixos tangíveis	8	55.508.582,16	56.999.135,85
Propriedades de investimento	10	12.405.341,79	12.405.341,79
Outros ativos fixos intangíveis	9	48.594,36	175.258,62
Participações financeiras pelo método da equivalência patrimonial	4.2	284.834,06	104.846,42
Participações financeiras pelo método do custo	12	25.000,00	25.000,00
Outros investimentos financeiros		16.110,11	9.485,02
<i>Ativo corrente</i>		<i>22.963.865,98</i>	<i>11.946.848,62</i>
Inventários		478.920,99	480.189,10
Clientes		2.167.840,84	2.849.945,78
Outras contas a receber	13	6.484.840,44	5.164.574,34
Impostos sobre o rendimento a receber	6	622.682,25	529.932,01
Caixa e seus equivalentes	7	13.209.581,46	2.922.207,39
<i>Total do ativo</i>		<i>91.252.328,46</i>	<i>81.665.916,32</i>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	Notas	30 junho 2017	31 dezembro 2016
<i>Capital próprio</i>			
Capital nominal	26	156.780.665,00	143.289.490,00
Reservas não distribuíveis		75.378,27	75.378,27
Reservas distribuíveis		930.935,58	930.935,58
Excedentes de valorização de ativos fixos		43.163.661,67	43.546.802,56
Ajustamentos ao valor de ativos financeiros		135.967,24	135.967,24
Resultados acumulados		-654.005.250,86	-627.490.454,04
Resultado líquido do período		-243.887,80	-26.912.661,71
Interesses minoritários			
<i>Total do capital próprio</i>		<i>-453.162.530,90</i>	<i>-466.424.542,10</i>
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo não corrente</i>			
Provisões	24	9.439.922,18	12.864.838,90
Outros instrumentos financeiros	21	395.927.570,15	423.415.762,45
Responsabilidades por benefícios de reforma	23	552.143,00	565.736,00
Passivos por locação financeira	20.1	3.954.433,86	4.907.072,93
<i>Passivo corrente</i>		<i>134.540.790,17</i>	<i>106.337.048,14</i>
Fornecedores		2.248.722,45	2.421.072,51
Empréstimos e descobertos bancários		5.993,58	5.407,76
Outros instrumentos financeiros	21	111.580.432,31	83.267.053,79
Outras contas a pagar	14	18.805.748,60	18.753.093,26
Passivos por locação financeira	20.1	1.899.893,23	1.890.420,82
<i>Total do passivo</i>		<i>544.414.859,36</i>	<i>548.090.458,42</i>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>		<i>91.252.328,46</i>	<i>81.665.916,32</i>

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2017	30 junho 2016
RENDIMENTOS E GANHOS			
Rédito das vendas e dos serviços prestados	15	22.506.445,04	20.960.044,42
Outros rendimentos e ganhos operacionais	16	785.609,96	669.683,60
Trabalhos para a própria entidade capitalizados		10.927,18	
Lucros imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2	179.987,64	2.278,80
Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros	18	8.324.128,86	
Outros rendimentos e ganhos financeiros	18	168.210,88	148.766,47
Total de Rendimentos e Ganhos		31.975.309,56	21.780.773,29
GASTOS E PERDAS			
Inventários consumidos e vendidos		596.192,40	511.958,81
Materiais e serviços consumidos		9.256.772,72	8.444.189,81
Gastos com o pessoal		14.142.476,31	15.714.440,96
Gastos de depreciação e de amortização	8-9	1.771.370,00	2.034.786,93
Aumentos / diminuições de provisões	24	-3.424.916,72	-103.907,23
Outros gastos e perdas operacionais	17	555.981,94	250.097,63
Aumentos / diminuições de ajustamentos de dívidas a receber		-555,00	
Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros	19		6.697.212,40
Juros e outros gastos e perdas financeiros	19	9.315.065,71	8.417.744,82
Total de Gastos e Perdas		32.212.387,36	41.966.524,13
Resultado antes de impostos		-237.077,80	-20.185.750,84
Imposto sobre o rendimento		6.810,00	6.921,69
Resultado antes da consideração dos interesses minoritários		-243.887,80	-20.192.672,53
Resultado afeto aos Interesses minoritários			
Resultado líquido do período		-243.887,80	-20.192.672,53
Resultado por ação	28	-0,01	-1,18

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2017	30 junho 2016
Resultado líquido do período		-243.887,80	-20.192.672,53
Itens que não irão ser reclassificados para resultados:			
Remensuração passivo (ativo) líquido de benefícios definidos		14.724,00	-70.411,00
Itens que poderão vir a ser reclassificadas para resultados:			
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente em capital próprio		14.724,00	-70.411,00
Total do rendimento integral do período		-229.163,80	-20.263.083,53
Atribuível a :			
Acionista da empresa mãe		-229.163,80	-20.263.083,53
		-229.163,80	-20.263.083,53

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30 junho 2017	30 junho 2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais-Método direto			
Recebimentos de clientes		23.296.598,31	20.399.192,01
Pagamentos a fornecedores		-11.146.785,79	-9.606.385,49
Pagamentos ao pessoal		-11.671.805,55	-11.893.543,51
Fluxo gerado pelas operações		<u>478.006,97</u>	<u>-1.100.736,99</u>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-31.006,25	156.207,57
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		-2.215.463,42	-2.368.133,34
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>-1.768.462,70</u>	<u>-3.312.662,76</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-301.947,19	-385.283,90
Ativos intangíveis		-2.613,81	-9.225,74
Investimentos financeiros		-6.536,17	-3.024,59
Outros ativos		-43.158,01	-102.306,65
		<u>-354.255,18</u>	<u>-499.840,88</u>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		23.923,50	384,13
Subsídios de investimento		11.757,18	
Juros e rendimentos similares		181.570,25	131.390,97
		<u>217.250,93</u>	<u>131.775,10</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>-137.004,25</u>	<u>-368.065,78</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		6.982.014,82	31.174,99
Realização de capitais e outros instrumentos de capital		13.491.175,00	
		<u>20.473.189,82</u>	<u>31.174,99</u>
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		-33.563,20	-32.623,56
Juros e gastos similares		-7.086.690,58	-270.527,97
Outras operações de financiamento		-1.160.095,02	-1.697.394,99
		<u>-8.280.348,80</u>	<u>-2.000.546,52</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>12.192.841,02</u>	<u>-1.969.371,53</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10.287.374,07	-5.650.100,07
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.922.207,39	11.168.068,52
Caixa e seus equivalentes no final do período	7	13.209.581,46	5.517.968,45

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Dos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Montantes expressos em euros)

	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total capital próprio
Posição em 01.01.2017	143.289.490,00	75.378,27	930.935,58	43.546.802,56	135.967,32	-627.490.454,12	-26.912.661,71	-466.424.542,10
Aumentos / reduções de capital	13.491.175,00							13.491.175,00
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-383.140,89		383.140,89		
Outros aumentos / diminuições de valor em instrumentos financeiros								
Transferências						-26.912.661,71	26.912.661,71	
Rendimento integral:								
Resultado líquido do período							-243.887,80	-243.887,80
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de ativos fixos								
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos						14.724,00		14.724,00
Total do rendimento integral do exercício:						14.724,00	-243.887,80	-229.163,80
Posição em 30.06.2017	156.780.665,00	75.378,27	930.935,58	43.163.661,67	135.967,32	-654.005.250,94	-243.887,80	-453.162.530,90
	Capital nominal	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Excedente de valorização de ativos fixos	Ajustamentos ao valor de ativos financeiros	Resultados acumulados	Resultado líquido do período	Total capital próprio
Posição em 01.01.2016	85.505.125,00	75.378,27	930.935,58	37.957.222,21	131.072,12	-596.955.146,23	-31.474.619,92	-503.830.032,97
Aumentos / reduções de capital								
Realização do excedente de valorização de ativos fixos				-496.490,55		496.490,55		
Outros aumentos / diminuições de valor em instrumentos financeiros					4.895,20	-4.895,20		
Transferências						-31.474.619,92	31.474.619,92	
Rendimento integral:								
Resultado líquido do período							-20.192.672,53	-20.192.672,53
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de ativos fixos								
Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos						-70.411,00		-70.411,00
Total do rendimento integral do exercício:						-70.411,00	-20.192.672,53	-20.263.083,53
Posição em 30.06.2016	85.505.125,00	75.378,27	930.935,58	37.460.731,66	135.967,32	-628.008.581,80	-20.192.672,53	-524.093.116,50

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração

Notas relativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Semestre findo em 30 de junho de 2017

(Montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

O Grupo STCP era constituído, em 30 junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, pela STCP, S.A. e pela STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., pelo decreto-lei n.º 202/94 de 23 de julho, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo sucedido à empresa Serviço de Transportes Colectivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950. A sua sede é na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 13º piso, no Porto.

Tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes - Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia – integrados na Área Metropolitana do Porto. Explora preponderantemente o modo autocarro e, residualmente, o modo carro elétrico.

Em outubro de 2013, foi publicado o decreto-lei n.º 133/2013, que veio proceder a uma reestruturação do quadro normativo aplicável às empresas públicas de forma a torná-lo mais coerente e abrangente, com vista a submeter a um mesmo regime as matérias nucleares referentes a todas as organizações empresariais direta ou indiretamente detidas pelo Estado, de natureza administrativa ou empresarial, independentemente da forma jurídica que assumam. Foi assim alargado o âmbito sectorial de aplicação do sector público empresarial e densificado o conceito de empresa pública, ficando a STCP, por força deste normativo, abrangida pelos princípios e regras preconizados neste diploma.

A partir de 1 de janeiro de 2017, o Grupo passou a cumprir com as orientações consignadas no artigo 21º da lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, no que diz respeito à reposição das condições remuneratórias das rubricas salariais de subsídio de refeição, ajudas de custo e trabalho extraordinário de acordo com o previsto nos acordos de empresa existentes no Grupo.

Nos termos do artigo 86º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, a empresa submeteu em julho de 2016 à Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças (SEATF) o pedido de regime de exceção ao Princípio da Unidade de Tesouraria, pelo prazo de dois anos, tendo sido concedida pelo Despacho nº 1140/16 da AEATF, de 10 de novembro.

Em 25 de junho de 2016, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, S.A., entre o Estado Português, a STCP, S.A., a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia. O memorando prevê que o Estado proceda à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Em 29 de novembro de 2016, entrou em vigor o decreto-lei n.º 82/2016, que determina a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.

Ao longo do exercício de 2016 foram estudados e desenvolvidos os princípios do acordo entre o Estado, acionista único da sociedade, a área Metropolitana do Porto, e as Câmaras Municipais em cujo território a empresa opera, tendo em vista a celebração de um acordo de gestão.

Em 2 de janeiro de 2017 procedeu-se à assinatura do acordo entre o Estado, a Área Metropolitana do Porto (AMP) e os seis municípios servidos pela rede da STCP, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, para a delegação, na AMP, de competências de autoridade do Estado relativas ao serviço público de passageiros, explorado pela STCP; do contrato interadministrativo de constituição da Unidade Técnica de Serviço e de delegação de competências entre a AMP e os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia, estabelecendo os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte respeitantes ao serviço público de passageiros, explorado pela STCP, na área geográfica dos municípios outorgantes e do contrato de gestão operacional da STCP celebrado entre o Estado e a AMP, nos termos previstos no artigo 6º do Decreto-Lei nº 82/2016, de 28 de novembro. Os contratos foram submetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, aguardando-se pela sua decisão, para que entrem em vigor.

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a exploração do serviço público de transporte de passageiros por autocarro no território de seis municípios associados da AMP. Em 10 de dezembro de 2014, foi efetuado um aditamento ao referido contrato. Em 2 de janeiro de 2017 foi também assinado o segundo aditamento ao Contrato de Serviço Público, entre o Estado Português, a Área Metropolitana do Porto (AMP) e a STCP, aguardando-se pela decisão da fiscalização prévia do Tribunal de Contas para que entrem em vigor.

No final de 2016, decorreu a segunda auditoria de acompanhamento, referente ao terceiro triénio das certificações do sistema integrado de gestão. O resultado desta auditoria veio confirmar a adequabilidade do sistema de gestão da STCP aos referenciais em que se encontra certificado, Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, desde 2008.

STCP Serviços Transportes Urbanos Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.

A STCP SERVIÇOS desenvolvia a operação turística do Carro Elétrico bem como outras atividades no âmbito do setor turístico.

Após análise da evolução do negócio, concluiu-se não se justificar a manutenção deste ramo de negócio, atendendo a que este poderia ser assegurado através da solução resultante do enquadramento com o serviço público no âmbito da STCP, S.A..

Assim, a partir de 9 de março de 2012, decidiu-se cessar, com a Carristur, a parceria que desenvolvia na área do turismo, desde junho de 2004.

Durante os últimos anos empreenderam-se esforços de resolução de todos os processos administrativos / financeiros que se encontravam pendentes.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentes durante os períodos apresentados e são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2017.

As demonstrações financeiras consolidadas semestrais foram preparadas de acordo com as disposições da IAS34 – Relato Financeiro Intercalar, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e descritas nas respetivas notas, exceto no que respeita às normas e interpretações cuja data de eficácia corresponde aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017, da adoção das quais não resultaram impactos no rendimento integral ou na posição financeira do Grupo.

3. Alterações de políticas contabilísticas e correção de erros fundamentais

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

4. Empresas incluídas na consolidação

Em 30 de junho de 2017 as empresas incluídas na consolidação são:

4.1 Empresas subsidiárias

Designação Social	Sede	% Efetiva	Atividade
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda. (*)	Porto	100%	Atividades de operador turístico e transporte terrestres, urbanos e suburbanos de passageiros.

(*) Até julho de 2007 era designada por STCP CONSULTORIA.

4.2 Empresas associadas

Em 30 de junho de 2017, as empresas associadas são:

Designação Social	Sede	% Controlo	% Participação
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	Porto	33,33%	33,33%
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Lisboa	20%	20%

As participações financeiras em empresas associadas estavam valorizadas da seguinte forma:

	30-jun-17	31-dez-16
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	179.987,55	
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	104.846,51	104.846,42
	284.834,06	104.846,42

Estas empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. No primeiro semestre de 2017, foi reconhecido um ganho de 179.987,64 euros, devido aos resultados positivos obtidos pelo TIP, ACE, que pela primeira vez, conseguiu que os seus capitais próprios sejam positivos, tendo sido anulada a provisão existente a 31 de dezembro de 2016, na proporção dos seus capitais próprios negativos.

No primeiro semestre de 2017, não foi possível obter informação financeira da participada Transpublicidade.

5. Alterações no perímetro de consolidação

No semestre findo em 30 de junho de 2017 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

6. Imposto sobre o rendimento

O Grupo está sujeito ao regime geral de IRC, mas dada a sua situação deficitária nunca pagou imposto sobre o rendimento. Suporta apenas os encargos decorrentes da tributação autónoma e tem efetuado o pagamento especial por conta a que se encontra obrigado.

Face ao exposto, não se procedeu ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo por impostos diferidos, por não se prever a possibilidade de dedução a lucros fiscais futuros, dos prejuízos fiscais reportáveis até à data.

7. Caixa e seus equivalentes

O detalhe de Caixa e equivalentes era o seguinte:

	30-junho-2017	30-junho-2016
Numerário	103.191,04	60.200,53
Depósitos bancários	13.106.390,42	5.457.767,92
Caixa e equivalentes de caixa no Balanço	13.209.581,46	5.517.968,45
Caixa e equivalentes na Demonstração de fluxos de caixa	13.209.581,46	5.517.968,45

8. Ativos fixos tangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, durante o primeiro semestre de 2017, no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Terrenos e recursos naturais	Edifícios/outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.2017	32.774.328,00	24.897.225,53	69.566.592,73	1.462.040,81	725.693,80	4.104.270,19	1.800.485,68	208.440,33	135.539.077,07
Movimentos do 1º semestre de 2017									
Adições		16.698,51	9.993,46	38.170,00	13.793,65	15.040,56		60.990,33	154.686,51
Abates/Vendas		0,00	-164,28	-180.049,86	-8.590,81	-29.832,01			-218.636,96
Regularizações e transferências		11.175,13	-718,76			718,76		-11.175,13	0,00
Aumento/diminuição subsídio ao investimento						41,27			41,27
Saldo a 30.06.2017	32.774.328,00	24.925.099,17	69.575.703,15	1.320.160,95	730.896,64	4.090.238,77	1.800.485,68	258.255,53	135.475.167,89
Amortizações Acumuladas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios/outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Ativos tangíveis em curso	Total dos ativos fixos tangíveis
Saldo a 01.01.2017		16.497.064,00	55.319.110,74	1.456.695,88	678.561,23	3.886.859,47	701.649,90		78.539.941,22
Movimentos do 1º semestre de 2017									
Amortizações e reintegrações exercício		502.437,66	1.234.211,96	2.937,61	6.453,78	47.652,99	1.288,27		1.794.982,27
Abates/Vendas			-164,28	-180.049,86	-8.489,16	-29.399,20			-218.102,50
Regularizações e transferências			-718,76			718,76			0,00
Aumento/diminuição subsídio ao investimento		-11.061,32	-127.456,29			-11.352,77	-364,88		-150.235,26
Saldo a 30.06.2017	0,00	16.988.440,34	56.424.983,37	1.279.583,63	676.525,85	3.894.479,25	702.573,29		79.966.585,73
Valor Líquido:									
a 01 de janeiro de 2017	32.774.328,00	8.400.161,53	14.247.481,99	5.344,93	47.132,57	217.410,72	1.098.835,78	208.440,33	56.999.135,85
a 30 de junho de 2017	32.774.328,00	7.936.658,83	13.150.719,78	40.577,32	54.370,79	195.759,52	1.097.912,39	258.255,53	55.508.582,16

O Grupo não procedeu à divulgação das restrições de titularidade de ativos, nem de ativos fixos dados como garantias de passivos, uma vez que não existem situações que se enquadrem neste âmbito.

9. Outros ativos intangíveis

O detalhe dos movimentos ocorridos, no primeiro semestre de 2017, no valor dos outros ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo bruto	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
Saldo a 01.01.2017	88.749,10	5.255.460,35	1.106.517,00	5.245,69	6.455.972,14
Movimentos do 1º semestre de 2017					
Adições					
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências					
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento					
Saldo a 30.06.2017	88.749,10	5.255.460,35	1.106.517,00	5.245,69	6.455.972,14

Amortizações Acumuladas	Despesas de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Total de ativos fixos intangíveis
Saldo a 01.01.2017	88.749,10	5.177.657,17	1.014.307,25		6.280.713,52
Movimentos do 1º semestre de 2017					
Amortizações e reintegrações do exercício		35.192,39	92.209,75		127.402,14
Abates/Vendas					
Regularizações e transferências					
Aumento/diminuição Subsídio ao investimento		-737,88			-737,88
Saldo a 30.06.2017	88.749,10	5.212.111,68	1.106.517,00		6.407.377,78
Valor Líquido:					
a 01 de janeiro de 2017		77.803,18	92.209,75	5.245,69	175.258,62
a 30 de junho de 2017		43.348,67		5.245,69	48.594,36

10. Propriedades de investimento

Não ocorreram movimentos na rubrica de propriedades de investimento durante o primeiro semestre de 2017.

12. Participações financeiras pelo método do custo

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	% Participação	30-jun-17	31-dez-16
Participações em outras empresas		25.000,00	25.000,00
Metro do Porto, S.A. (*)	16,60%	0	0
OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	8,30%	25.000,00	25.000,00

(*) A sua valorização é nula porque até outubro de 2008 era detida em 20% e os capitais próprios da participada eram negativos, sendo até essa data valorizada pelo método de equivalência patrimonial.

13. Outras contas a receber

O detalhe das outras contas a receber era o seguinte:

	30-junho-2017	31-dezembro-2016
Outras dívidas de terceiros correntes	2.556.681,19	2.839.869,73
Adiantamento a Fornecedores e saldos devedores	3.571,48	2.686,83
Estado e outros entes públicos	553.786,39	692.980,89
IVA a recuperar /reembolsos pedidos	553.786,39	692.980,89
Pessoal	260.933,99	257.351,72
Outros devedores	1.764.382,51	1.912.843,47
Ajustamentos acumulados em dívidas de terceiros	-25.993,18	-25.993,18
Outros ativos correntes	3.928.159,25	2.324.704,61
Acréscimo de rendimentos	3.269.880,26	1.706.118,60
Rédito dos serviços prestados	3.167.318,63	1.410.450,56
Outros rendimentos operacionais	102.561,63	295.668,04
Gastos diferidos	658.278,99	618.586,01
Materiais e serviços consumidos	443.707,49	394.407,09
Outros gastos e perdas operacionais	214.571,50	224.178,92
Outras contas a receber correntes	6.484.840,44	5.164.574,34

14. Outras contas a pagar

O detalhe das outras contas a pagar era o seguinte:

	30-junho-2017	31-dezembro-2016
Outras dívidas a terceiros	11.587.142,95	11.864.384,28
Adiantamento a clientes e saldos credores clientes e out. devedores	2.506,94	1.380,28
Estado e outros entes públicos	1.137.241,49	1.010.210,17
IRS/IRC retido a terceiros	281.574,22	299.856,40
Contribuições p/ sistemas de Seg. Social	668.869,11	603.349,77
Outros impostos e taxas	186.798,16	107.004,00
Pessoal	144.512,14	149.931,80
Fornecedores de imobilizado	39.096,96	192.254,67
Outros credores	10.263.785,42	10.510.607,36
Outros passivos correntes	7.218.605,65	6.888.708,98
Acréscimo de gastos	5.341.566,33	4.920.367,77
Materiais e serviços consumidos	1.996.969,45	1.238.557,16
Remunerações a liquidar	3.260.930,48	3.539.854,74
Impostos a liquidar	78.195,37	129.693,22
Outros acréscimos de gastos	5.471,03	12.262,65
Rendimentos e ganhos diferidos	1.877.039,32	1.968.341,21
Prestações de serviços	189.101,24	203.896,98
Outros rendimentos diferidos	1.687.938,08	1.764.444,23
Outras contas a pagar correntes	18.805.748,60	18.753.093,26

15. Rédito das vendas e dos serviços prestados

O detalhe do rédito das vendas e dos serviços prestados, realizado integralmente no mercado nacional, era o seguinte:

	30-junho-2017	30-junho-2016
Rédito dos serviços prestados	22.506.445,04	20.960.044,42
Transporte público de passageiros	22.447.304,25	20.880.415,85
Aluguer de autocarros	6.775,00	33.575,00
Aluguer de carros elétricos	52.365,79	46.053,57

16. Outros rendimentos e ganhos operacionais

O detalhe dos outros rendimentos e ganhos operacionais era o seguinte:

	30-junho-2017	30-junho-2016
Rendimentos suplementares	433.959,69	371.034,29
Regularização de existências	22.497,77	25.589,06
Indemnizações de sinistros recebidos	171.119,13	138.194,78
Outros subsídios		-251,00
Ganhos com ativos fixos tangíveis e intangíveis	19.450,00	50,04
Benefícios e penalidades contratuais	127.443,55	125.042,65
Outros rendimentos operacionais	11.139,82	10.023,78
	785.609,96	669.683,60

17. Outros gastos e perdas operacionais

O detalhe dos outros gastos e perdas operacionais era o seguinte:

	30-junho-2017	30-junho-2016
Impostos e taxas	81.747,25	77.013,65
Regularização de existências	1.783,57	110,05
Indemnizações de sinistros de autocarros	409.645,20	82.338,11
Perdas com ativos fixos tangíveis e intangíveis	534,46	
Quotizações	19.977,08	22.197,28
Donativos	41.406,70	37.295,00
Multas e penalidades contratuais	180,00	752,56
Outros gastos operacionais	707,68	30.390,98
	555.981,94	250.097,63

18. Rendimentos e ganhos financeiros

O detalhe dos rendimentos e ganhos financeiros era o seguinte:

Juros e outros ganhos financeiras	30-junho-2017	30-junho-2016
Rendimentos e ganhos com propriedades investimento	166.410,00	140.080,00
Diferenças de câmbio favoráveis	78,19	7.407,26
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.722,69	1.279,21
	168.210,88	148.766,47
Ajustamentos positivos e mais-valias de instrumentos financeiros	30-junho-2017	30-junho-2016
Ajustamentos positivos nos instrumentos financeiros (nota 17.2)	8.324.128,86	
	8.324.128,86	

19. Gastos e perdas financeiros

O detalhe dos gastos e perdas financeiros era o seguinte:

Juros e outros gastos e perdas financeiras	30-junho-2017	30-junho-2016
Juros suportados	9.177.702,30	8.226.741,76
Despesas e descontos com emissão financiamento	2.137,68	2.138,98
Outras despesas financeiras com o financiamento	101.110,68	101.823,33
Gastos e perdas em propriedades investimento	31.178,07	82.059,38
Outros gastos e perdas financeiras	2.936,98	4.981,37
	9.315.065,71	8.417.744,82
Ajustamentos negativos e menos-valias de instrumentos financeiros	30-junho-2017	30-junho-2016
Ajustamentos negativos nos instrumentos financeiros		6.697.212,40
		6.697.212,40

20. Locação

20.1 Locação Financeira

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira, no montante de 5.939.388,14 euros e 6.915.545,42 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível):

20.2 Locação Operacional

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Grupo mantinha responsabilidades, como locatária, relativas a rendas de contratos de locação operacional, no montante de 87.401,92 euros e 102.857,04 euros, respetivamente (com IVA incluído quando este não é dedutível).

21. Outros instrumentos financeiros

Detalhe da rubrica outros instrumentos financeiros a 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Em 30 de junho de 2017	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	99.992.901,59	9.645,25	99.983.256,34	100.000.000,00		100.000.000,00
convertíveis	99.992.901,59	9.645,25	99.983.256,34	100.000.000,00		100.000.000,00
DGTF 1º Empréstimo 2014	253.451.173,32	77.721.861,60	175.729.311,72	251.041.873,92	75.312.562,20	175.729.311,72
DGTF 1º Empréstimo 2015	4.575.549,97	1.170.549,96	3.405.000,01	4.540.000,00	1.134.999,99	3.405.000,01
DGTF 2º Empréstimo 2015	3.200.887,09	817.255,85	2.383.631,24	3.178.175,00	794.543,76	2.383.631,24
DGTF 3º Empréstimo 2015	4.431.019,28	1.131.019,29	3.299.999,99	4.400.000,00	1.100.000,01	3.299.999,99
DGTF 1º Empréstimo 2017	6.955.625,79	7.759,99	6.947.865,80	6.947.865,80		6.947.865,80
Empréstimos de participantes no capital	272.614.255,45	80.848.446,69	191.765.808,76	270.107.914,72	78.342.105,96	191.765.808,76

	Justo valor		
	Total	Corrente (*)	Não Corrente
SWAP- BST OBR07	134.900.845,42	30.722.340,37	104.178.505,05
Instrumentos derivados	134.900.845,42	30.722.340,37	104.178.505,05
Outros Instrumentos financeiros	507.508.002,46	111.580.432,31	395.927.570,15

(*) O justo valor inclui na rubrica corrente 29.666.505,71 euros relativos a juros vencidos e não pagos.

Ano de 2016	Custo amortizado			Montante nominal		
	Total	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente
Obrigacionista 2007	99.991.319,35	10.169,09	99.981.150,26	100.000.000,00		100.000.000,00
Emp. obrigacionistas não convertíveis	99.991.319,35	10.169,09	99.981.150,26	100.000.000,00		100.000.000,00
DGTF 1º Empréstimo 2014	251.399.234,12	50.565.735,00	200.833.499,12	251.041.873,92	50.208.374,80	200.833.499,12
DGTF 1º Empréstimo 2015	4.545.260,38	761.927,04	3.783.333,34	4.540.000,00	756.666,66	3.783.333,34
DGTF 2º Empréstimo 2015	3.181.535,73	533.056,57	2.648.479,16	3.178.175,00	529.695,84	2.648.479,16
DGTF 3º Empréstimo 2015	4.404.440,58	737.773,92	3.666.666,66	4.400.000,00	733.333,34	3.666.666,66
Empréstimos de participantes no capital	263.530.470,81	52.598.492,53	210.931.978,28	263.160.048,92	52.228.070,64	210.931.978,28

	Justo valor		
	Total	Corrente (*)	Não Corrente
SWAP- BST OBR07	143.161.026,08	30.658.392,17	112.502.633,91
Instrumentos derivados	143.161.026,08	30.658.392,17	112.502.633,91
Outros Instrumentos financeiros	506.682.816,24	83.267.053,79	423.415.762,45

(*) O justo valor inclui na rubrica corrente 29.666.505,71 euros relativos a juros vencidos e não pagos.

21.1. Financiamentos obtidos

Empréstimos Obrigacionistas

Em 30 de junho de 2017 o Grupo detinha um empréstimo por obrigações com as seguintes características:

Emissão de 2007: Empréstimo obrigacionista no montante de 100.000.000,00 euros com uma maturidade de 15 anos. A subscrição foi privada e direta. A taxa é variável, indexada à Euribor 6 meses e o cupão de juros é semestral. Existe **Call-Option** a partir do 5º ano, total ou parcial. Este empréstimo foi admitido à cotação em março de 2011.

Em 30 de junho de 2017 a taxa do cupão é de (-0,2471%).

Este empréstimo usufrui da garantia pessoal do Estado Português.

Atendendo ao nível negativo das taxas de juro, não tem havido lugar ao processamento de juros negativos nas datas de vencimento.

Pelo contrato de Garantia, a República Portuguesa garante incondicional e irrevogavelmente o pagamento dos montantes correspondentes ao capital e juros exigíveis nos termos e condições do contrato.

Embora não seja referido especificamente neste empréstimo, a generalidade deste tipo de contratos prevê no seu clausulado um conjunto habitual de *covenants* para situações de " *default*", " *negative pledge*" e " *pari passu*", consensualmente aceites pelas contrapartes.

Em 30 de junho de 2017, data do balanço, o Grupo não tinha situações de incumprimento relacionadas com o empréstimo contraído.

Empréstimos concedidos pelo Acionista único: Estado Português

Em 30 de junho de 2017, o Grupo detém ainda cinco empréstimos de mútuo com as seguintes características:

1. Empréstimo de mútuo concedido em outubro de 2014, no valor de 301.250.248,72 euros destinado a satisfazer as necessidades de financiamento desta sociedade no período compreendido entre outubro e dezembro de 2014. O empréstimo foi disponibilizado em três tranches:
 - De 122.166.600 euros, em 6 de outubro de 2014, a taxa fixa;
 - De 177.083.648,72 euros, em 27 de novembro de 2014, a taxa fixa;
 - De 2.000.000 euros, em 15 de dezembro de 2014, a taxa fixa.
2. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 629/15-SET, de 4 de maio, e da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 15 de maio de 2015, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio/longo prazo no valor de 4.540.000 euros, para fazer face a necessidades operacionais relativas ao 2º trimestre de 2015. A disponibilização foi faseada, nos seguintes montantes e datas:
 - 1.875.000 euros, realizada em 22 de maio de 2015;
 - 1.511.000 euros, realizada na mesma data, 22 de maio;
 - 1.154.000 euros, realizada em 16 de junho de 2015.
3. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1220/15-SET, de 4 de agosto, e da Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 16 de setembro de 2015, foi aprovada a concessão de um segundo empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 3.178.175 euros, tendo sido igualmente autorizado o respetivo endividamento, para fazer face às necessidades operacionais relativas ao 3º trimestre de 2015:
 - 1.472.710 euros, realizada em 30 de setembro de 2015;
 - 1.705.465 euros, realizada na mesma data, 30 de setembro.
4. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 1900/15-SET, de 19 de novembro, foi aprovada a concessão de um terceiro empréstimo em 2015 de médio e longo prazo, no valor de 4.400.000 euros para fazer face a parte das necessidades de financiamento operacionais da empresa, relativas ao 4º trimestre de 2015. A verba foi disponibilizada numa única tranche em 26 de novembro de 2015.
5. Por Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 340/17-SET, de 31 de maio, foi aprovada a concessão de um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 14.643.369,27 euros, para fazer face às necessidades de financiamento associadas aos fluxos da operação swap a vencer em 2017. O capital mutuado é disponibilizado em duas tranches:
 - 6.947.865,80 euros, realizada em 5 de junho de 2017;

- 7.695.503,47 euros, a desembolsar até 5 de dezembro de 2017.

As obrigações com o serviço da dívida vencida, dos referidos empréstimos concedidos pelo acionista único, têm sido cumpridas por via da conversão dos créditos detidos pelo Estado/Direção Geral do Tesouro e Finanças em capital social da STCP.

A 30 de junho de 2017, o Grupo não regista situações de incumprimento em nenhum dos empréstimos contraídos.

21.2. Instrumentos financeiros derivados

Em 30 de junho de 2017, o Grupo detinha em carteira uma operação de cobertura do risco de taxa de juro que replica 25% do valor nominal do empréstimo obrigacionista emitido em 2007. Esta operação terá maturidade em 2022.

A operação referenciada foi objeto de uma ação judicial proposta pela Instituição de Crédito perante o Tribunal do Comércio Inglês, requerendo a apreciação da validade do contrato, tendo o Grupo contestado e pugnado a improcedência da ação.

Com base nos fundamentos jurídicos de nulidade do contrato, o Grupo desvinculou-se do cumprimento de obrigações que dele decorre, e na pendência do litígio, o Grupo suspendeu o pagamento dos cupões desde o dia 5 de dezembro de 2013.

Em 2 de maio de 2017, o Banco Santander Totta, S.A. e as Empresas de Transporte, com a concordância da República Portuguesa, chegaram a acordo para terminar os processos judiciais intentados pelo Banco junto do **Commercial Court** de Londres (**High Court of Justice**) em maio de 2013, relativos aos contratos **swap** por si celebrados com as Empresas de Transporte.

No quadro do referido acordo, ficou estabelecido que as Empresas de Transporte cumprirão os contratos swap objeto dos Processos Judiciais e desistirão do pedido de admissão de recurso pendente.

Assim, face à assinatura deste acordo, o Grupo procedeu à reversão da provisão existente para este processo judicial e retomou o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de **swap**, tendo em 5 de junho de 2017, pago o cupão em vencimento.

Em 30 de junho de 2017, o valor dos cupões vencidos e não pagos era de 29.666.505,73 euros, estando também previsto, no referido acordo, que o seu pagamento ocorrerá até 31 de janeiro de 2018.

Em 30 de junho de 2017, o valor de mercado do instrumento derivado contratado ascendia ao montante negativo de 105.234.339,71 euros. A valorização de mercado deste instrumento derivado foi efetuada pela contraparte, Banco Santander Totta, S.A..

22. Gestão de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de mercado: de taxa de juro, de crédito e de liquidez.

O Grupo não está diretamente exposto ao risco cambial.

22.1. Risco de taxa de juro

No primeiro semestre de 2017, a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro está presente na variabilidade da Euribor 6 meses da emissão obrigacionista de 2007.

Em 30 de junho de 2017, efetuada uma análise de sensibilidade a variações de + 0,5% na taxa do cupão, até à maturidade, verifica-se um aumento nos encargos em cerca de 2,3 milhões de euros.

22.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é de importância muito relevante para o Grupo, atendendo ao facto de este não gerar excedente de tesouraria suficiente para se auto sustentar.

A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos assumidos no decurso da atividade.

Com a finalidade de mitigar este risco, o Grupo:

1. Procede ao planeamento financeiro, prevendo num horizonte temporal alargado a sua tesouraria;
2. Reporta as necessidades previsionais de financiamento, por forma a garantir fundos necessários à prossecução da sua atividade operacional, financeira e de investimento.
3. Reporta mensalmente o acompanhamento de execução ao Acionista.

22.3. Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito concedido a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição o Grupo está sujeito, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar o risco, o Grupo analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

O Conselho de Administração entende que, a 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as perdas por imparidade registadas, resultantes de dívidas a receber, refletem a realidade do risco de incobrabilidade assumido pelo Grupo.

23. Responsabilidades por benefícios de reforma e invalidez

O Grupo possui, desde 1 de maio de 1975, um plano de benefícios definido que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada e pago desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse os 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em dezembro de 1998 o Grupo transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões BPI – Aberto, procedendo, com a assinatura do contrato de adesão, a uma dotação inicial de 3.042.667 euros, correspondente a 304.158,66 unidades de participação.

A 30 de junho de 2017, de acordo com o estudo atuarial levado a efeito pelo BPI PENSÕES, o valor presente das obrigações assumidas com responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez era o seguinte:

	30-jun-17	31-dez-16
Custo com serviços passados de reformados	2.234.121,00	2.385.762,00

O valor dos ativos no fundo era, a 30 de junho de 2017, de 1.681.978 euros (o que representa um nível de financiamento de 75%), comparativamente com 1.820.026 euros (o que representa um nível de financiamento de 76%), em 31 de dezembro de 2016.

24. Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos pendentes no final de cada exercício em Tribunal e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: de acordo com os encargos que o Grupo deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 30 de junho de 2017. Até fevereiro de 1998, o Grupo foi auto-segurador relativamente a estes acidentes, existindo, no entanto, um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, o Grupo transferiu para uma seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquia de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquia.
- Outros riscos e encargos: de acordo com os encargos que o Grupo poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos, da sua responsabilidade, pendentes em 30 de junho de 2017, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data.

O movimento nas provisões, no primeiro semestre de 2017, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo 01.01.17	Aumentos	Diminuições	Saldo 30.06.2017
Processos judiciais em curso	9.362.217,47		1.993.160,45	7.369.057,02
Acidentes de trabalho e doenças profissionais.	443.744,79			443.744,79
Outros riscos e encargos	3.058.876,64		1.431.756,27	1.627.120,37
	12.864.838,90		3.424.916,72	9.439.922,18

25. Ativos e Passivos contingentes

O Grupo tem pendente contra si um processo judicial cujo valor é materialmente relevante, mas não provisionado:

- Processo judicial, instaurado pela ANTROP, contra o Estado Português e contra a STCP e Carris sobre a atribuição, em 2003, dos montantes das Indemnizações Compensatórias às duas empresas, a decisão do Supremo Tribunal de justiça, de 12 de janeiro de 2012, foi no sentido de anular aquela resolução. Assim, sendo a decisão de atribuição de indemnizações compensatórias nula, pode estar em causa a devolução das indemnizações compensatórias por parte da STCP. O facto de a STCP não ter efetuado o provisionamento de quaisquer valores para este processo decorre do seu entendimento sobre a responsabilidade do Estado nas matérias em litígio. Do acima exposto, podemos concluir que estamos na presença de um passivo contingente porque a possibilidade de ocorrência de qualquer reembolso futuro é inferior a 50% e porque não é possível estimar o montante dos eventuais reembolsos futuros nem o seu prazo de ocorrência. Desta forma não é possível calcular uma estimativa do seu efeito financeiro.

26. Capital nominal

Em 31 de dezembro de 2016, a quantia escriturada do capital social emitido pela empresa correspondia à rubrica Capital social, no montante de 143.289.490 euros, totalmente realizado, e representada por 28.657.898 ações em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5 euros cada, totalmente detido pelo Estado Português, sendo que, a essa data, se aguardava o registo na Conservatória do Registo Comercial do último aumento de capital social.

Em 2 de junho de 2017, por vontade expressa do acionista único Estado Português, por meio de Deliberação Social Unânime por Escrito, foi decidido aumentar o Capital Social da empresa em 13.491.175 euros, através da emissão de 2.698.235 novas ações, no valor nominal de 5 euros cada, subscritas pelo acionista único, e integralmente realizado em numerário em 5 de junho, tendo apenas as formalidades legais para a sua concretização terminado em julho de 2017.

O capital social do Grupo é detido a 100% pelo Estado Português.

27. Partes relacionadas

As participadas do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação, as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

As transações com entidades relacionadas e não consolidadas, ou consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, tinham o seguinte detalhe:

Entidades relacionadas	30-jun-17		31-dez-16	
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos operacionais	Proveitos operacionais
Metro, S.A.	40.704,05	83.019,95	70.801,41	209.525,94
TIP,ACE	701.247,85	17.245.343,08	873.279,94	30.743.833,15
OPT	44.762,48		75.980,23	

28. Resultados por ação

Os resultados por ação foram calculados da seguinte forma:

	30-junho-2017	30-junho-2016
Resultados líquidos do período	-243.887,80	-20.192.672,53
Nº médio ponderado de ações	29.032.653	17.101.025
Resultado por ação básico	-0,01	-1,18

29. Capital próprio negativo

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o Grupo obteve um resultado negativo de 243.887,80 euros, verificando-se que, nessa data, o seu passivo total excede o seu ativo total em 91.252.328,46 euros.

Apesar de o Grupo apresentar continuamente resultados negativos, é seu entendimento que, por desenvolver um serviço de interesse geral, com uma quota relevante de serviço social, desempenha um papel vital na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, garantido dessa forma o empenhamento do Acionista para a manutenção da atividade da empresa.

30. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do primeiro semestre de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07 de agosto de 2017.

Porto, 7 de agosto de 2017

O Contabilista Certificado n.º 6622

O Conselho de Administração

4 Declaração de Conformidade

Declaração emitida nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do Art.º 246º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do Artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., declaram que, quanto é do seu conhecimento:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas semestrais foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no seu perímetro da consolidação; e
- b) O relatório de gestão intercalar contém uma indicação fiel dos acontecimentos importantes que ocorreram no primeiro semestre de 2017 e o impacto dos mesmos nas respetivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Porto, 7 de agosto de 2016

O Conselho de Administração

Presidente não executivo

Vogais executivos

Vogal não executivo